RESENHA BIBLIOGRÁFICA

R. A. AMARAL VIEIRA

AMOR e FOME — Os institutos primitivos encarados à luz do futuro. Bodo Manstein. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1971.

No ano 2000 a população do mundo atingirá a fabulosa cifra dos 7 bilhões, 63% na Ásia com a China, 15% na Europa com a União Soviética. O que alarma aos analistas dos processos demográficos é o ritmo galopante em que a população aumenta, e se multiplica. Em 1650 a população da Terra era de 500 milhões; daqui a 55 anos, no ano 2026, essa população ter-se-á tornado tão grande que os homens esmagar-se-ão uns contra os outros. Essa, a macabra profecia do físico Heinz von Foerster, mil vêzes mais trágica que o fantasma malthusiano do crescimento populacional. Até o fim do nosso século, ou seja, nos próximos 29 anos, o número de habitantes de nosso planêta saltará de um pouco mais de três bilhões para seis, seis e meio. A informação é do Professor Fritz Baade, que acrescenta: *"Isso* (o aumento nessa proporção) *nunca houve antes na história humana: um aumento em dôbro da população em pouco mais de trinta anos. Nos trinta e dois anos que temos na nossa frente o aumento numérico dos homens será maior do que em todo o tempo desde o nascimento de Cristo até o presente"*. (p. 245).

A verificação dêsses dados, alarmantes, tem despertado a atenção das autoridades internacionais, especialmente dos técnicos da FAO, para o problema resultante da escassez de meios para suprir com alimentos essa população que cresce em ritmo vertiginoso. Em outras palavras, ressuscita-se a teoria de Malthus. A única forma de evitar, amanhã, o trágico desaparecimento de nossa espécie, por inanição, está no contrôle da natalidade.

Antes de tratar mais detidamente das teses levantadas pelo Professor Bodo Manstein, em seu excelente *Amor e Fome,* cumpre, pois, retomar a doutrina mathusiana.

A lei malthusiana do crescimento populacional, reduzida a têrmos matemáticos, ensina que a população tende a crescer em progressão geométrica enquanto a produção dos gêneros de subsistência aumenta em proporção aritmética. No desdobramento de sua teoria, Malthus afirma que é imanente no homem a capacidade de procriação ilimitada, pelo que o número de indivíduos de cada espécie encontraria um limite fatal nos meios de subsistência disponíveis.

Assim, o fantasma do malthusianismo seria, exatamente, a certeza do impulso incontrolável no sentido da multiplicação indefinida da população, contra o desaparecimento inevitável das condições de subsistência. Por via-de-conseqüência, o pastor protestante aconselharia reações cautelares visando a limitar a explosão demográfica. Mas, mesmo quando o faz, é tão-sòmente encarando êsse contrôle como possibilidade ùnicamente teórica, sem fôrças para anular a conclusão fundamental de sua lei: a morte inexorável, rondando sôbre nosso futuro como sombrio fantasma.

Fácil de ver o engano da teoria elaborada com aparato e ostentação científica. Malthus viu inerte um mundo em desenvolvimento.

Seu primeiro êrro foi o de basear-se em observação comprovadamente falsa. O esquematismo da explosão demográfica não resistiria a análise mais profunda. F. v. Kleinwhater (*in Economia política,* Barcelona, 2. ed. Gustavo Gil Editor, 1929. p. 180) assinala que *"la experiencia de los hechos enseña que el aumento de población no se realiza de um modo tan esquemático como se suele suponer seguiendo la teoria de Malthus. Todos sabemos que en la antigua Roma se exteriorizaban las quijas sobre el debil aumento de la población y los distintos privilegios que se concedieron al padre de tres o más hijos, por el justrium liberorum, atestiguan que el Estado consideraba como una calamidad el escaso aumento de la población y procuraba contrarestarlo. El limitado numero de nascimientos prodoce una gran preocupación a la Francia de nuestros dias; pero también en Austria y Alemania se hacen patentes quejas de que el aumento de población queda muy por debajo del alcanzado en Rusia. Los magiares asimismo afirmam que en su pais la natalidad es muy escassa. Aqui no podemos decidir, como facilmente*

se comprende, si la reducción del número de nascimientos es un fenómeno que se presenta automaticamente en todos los pueblos que han alcanzado un elevado nivel cultural y un gran bienestar o si es una peculiaridad de determinadas razas. Pero, en todo caso, pone de manifesto este fenómeno que el fantasma de la "superpoblación" de Malthus non es tan peligroso como se podria suponer a primera vista."

Há uma incontrastável relação — ainda que subestimada por alguns teóricos contemporâneos — entre subdesenvolvimento econômico e explosão demográfica. O simplismo de Malthus, todavia, daria ênfase ao problema populacional. Em sua economia política o destaque dado à explosão demográfica reduziria a segundo plano o estudo do aumento da produtividade. Entenderia que se o número de nascimentos correspondesse ao de óbitos, a terra seria um reino de fartura: todo recém-nascido encontraria seu lugar no mundo, inexistindo, assim, pobreza, miséria e fome. A "questão social" nada mais seria que o fruto da diferença entre o número de nascimentos e o de vagas abertas no quadro populacional.

Escrevendo nos fins do século XVIII (seu *Essay on the principle of population* veio a lume em 1789), não teve meios de enxergar a grande revolução que sacudiria o mundo, transformando em escombros as teorias prêsas ao imobilismo histórico. Ou seja, como afirmado, Malthus viu parado um mundo em movimento, embora tivesse sido contemporâneo do alvorecer da revolução industrial. Da época em que deve ter concebido sua teoria: as primeiras máquinas de fiar patenteadas na Inglaterra (1738), a fabricação do primeiro laminador de ferro (Colt, 1754) a primeira fábrica inglêsa de fiação (1771), a máquina a vapor de Watt (1775), a construção do balão pelos irmãos Montgolfier (1779), os teares a vapor de Cartwright (1785), o barco a vapor de Patrick Miller (1787), a máquina de descaroçar algodão de Eli Whitney (1794), a abolição da escravatura nas colônias francesas (1794) o arado de ferro patenteado por Charles Newbold (1793), o início das exportações de ferro da Inglaterra (1797) e a invenção da pilha vóltica (1798).

A Malthus que presenciara todos êsses inventos e fatos marcantes dos primeiros momentos da Revolução Industrial, faltou a necessária imaginação para antever os progressos que estavam reservados para os próximos anos. Sua teoria não comportaria o acumulador de Ritter (1802), nem a locomotiva de Richar Truithick (1804), ou o eletromagnetismo

(1831), nem o telégrafo de Morse (1832), a utilização do arado de aço na economia americana (1832), as sociedades cooperativas de trabalhadores (1843), o cabo submarino (1852), ou o processo Bessemer de fabricação de aço (1856).

Que dizer, então, da revolução tecnológica?

Malthus não estimou as inovações que deram partida à revolução industrial, acelerando as técnicas de produção e o processo de formação de capital. Ter-lhe-á surpreendido e aos corifeus de seu fatalismo o desenvolvimento da civilização industrial: em sua primeira fase, caracterizado, até os anos setenta do século passado, pelo que Celso Furtado (*in Subdesenvolvimento na América Latina*. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1966. p. 4-5) denomina de preeminência de ação de fatôres de ordem econômica, principalmente ligados à transformação estrutural de oferta de bens e serviços:

"A moderna tecnologia ia sendo aplicada na criação de novos processos produtivos, os quais entravam em choque com o velho sistema de produção artesanal, acarretando modificações na estrutura social através da concentração das atividades produtivas e de urbanização. Em razão da elasticidade de oferta de mão-de-obra, os salários reais tendiam a permanecer estáveis, concentrando-se os frutos do momento de produtividade em maiores lucros, parte substancial dos quais seria aplicada em novas indústrias, o que permitiria que a transformação da velha estrutura econômica e social prosseguisse em ritmo cada vez mais intenso."

Se não chegara a tão pouco, Malthus jamais suporia a possibilidade da revolução tecnológica contemporânea e sua importância no desenvolvimento do capitalismo que logrou conhecer em sua plenitude.

Se ao teórico clássico pode-se explicar a falência da elucubração aparentemente científica, aos discípulos retardatários não se permite o desconhecimento da economia moderna, o progresso tecnológico constituindo o fator básico do crescimento e da estabilidade social. Sua teoria, por ausência de visão histórica, é impregnada de pessimismo e descrença com relação à sociedade de cuja análise resulta seu pensamento. Na abertura de sua obra fundamental, lemos:

— *"Numa investigação concernente à melhoria da sociedade, o tratamento que a mesma tem a seguir é:*

1. investigar as causas que impediram, até agora, a evolução da humanidade à felicidade; e

2. examinar as possibilidades de supressão total ou parcial dessas causas no futuro."

Trata-se, pois, como bem assinala Temperani Pereira (op. cit., p. 322), de *"um descrente, um pessimista com relação às condições da sociedade do seu tempo"*. Falta-lhe, ainda, frieza. Dominado pelos preconceitos de sua formação cultural, cometeria o êrro do mecanicismo grosseiro, das generalizações apressadas, transplantando para todo o mundo a experiência da análise da sua Inglaterra. Desrespeitaria espaço e tempo, condições mesológicas e históricas.

O mesmo Temperani: *"Com esta simples idéia* — a de que a causa que impediria a evolução da humanidade era a tendência a aumentar, a reproduzir-se além do que permitem os recursos disponíveis para a subsistência — *desenvolveu êle o conhecido antagonismo entre o crescimento da população e a produção de gêneros. Partindo da observação de sua ilha, a Inglaterra, e depois generalizando o assunto ao todo universal, e baseado na idéia que impressionava sua formação cultural, que era a idéia religiosa — dado que descendia de uma família de curas, de pastores protestantes — achava êle que as gerações sucediam-se de 20 em 20 anos, dobrando a população na face da terra, enquanto que os meios de subsistência não acompanhavam esta mesma proporção.*

O resto, é sabido.

Para evitar — ou retardar — êsse sombrio destino humano, Malthus aconselhava, estamos em 1798, o constrangimento moral com relação à procriação. Mais precisamente, a disciplina sexual, o retardamento do casamento e a limitação dos filhos.

Destroem-se as pilastras do malthusianismo, mas se revigora o contrôle da natalidade, já agora sem apoio em uma teoria econômica digna de crédito científico.

Dois postulados se repelem. O princípio malthusiano do crescimento das populações e a capacidade produtiva da sociedade. Se aceitamos o primeiro estamos, como assinala Paulo Bonavides (*in Ciência política*. Rio, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1967. p. 40), *"aceitando as enfermidades sociais como oriundas de determinismo social, das leis da natureza, contra as quais nada pode o homem em sociedade"*. Vamos

um pouco além do publicista. A aceitação do malthusianismo valeria reconhecer a incapacidade do homem de agir sôbre a natureza; implicaria em descrer do progresso e do desenvolvimento tecnológico que nos cercam no mundo atual; implicaria em negar o que vemos, tocamos e sentimos.

Ao contrário, o futuro da humanidade é anunciado por um otimismo lúcido, uma honesta certeza de progresso e desenvolvimento.

A produção de gêneros alimentícios — para nos atermos aos elementos da teoria em exame — não se trata de um fator isolado, fixo. A produtividade da economia inglêsa contemporânea não é a mesma de 1798... O desenvolvimento da humanidade, os diversos ciclos econômicos, correspondem a diversas fases de exploração dos bens da natureza. O número de indivíduos alimentados pela agricultura é determinado pelas relações de produção. As novas técnicas, a racionalização do trabalho, os novos meios empregados, o uso de instrumental técnico aprimorado, desde o arado primitivo às máquinas modernas, as novas relações de produção, por fim, são fatôres de produtividade. Mas dêles Malthus descurou. O conhecimento que temos do mundo e do potencial humano, só nos pode convencer da certeza do desenvolvimento sempre crescente de novas técnicas e meios de produção, a superação das necessidades, à proporção que são aumentadas pelas conquistas da ciência, determinando, por seu turno, um sofisticado processo de desenvolvimento, numa cadeia sem fim, incluindo, desde o aperfeiçoamento do instrumental utilizado na atividade produtiva, à evolução das características das formas políticas e sociais e das relações de produção a ela inerentes.

Bonavides (op. cit., p. 42) refere-se aos contestadores do malthusianismo: *"Em que se apóia fundamentalmente a crítica antimalthusiana? Num otimismo que não vacila acêrca das possibilidades da técnica e da ciência, no seu desenvolvimento, no seu contínuo progresso, de criarem para o homem as mais risonhas e promissoras perspectivas de libertação econômica. Em conseqüência, a resposta da ciência é clara e otimista: a ciência, por meio de técnica adiantada e racional, técnica altamente aprimorada, pode produzir, com capacidade ilimitada, quase infinita, os bens necessários à existência humana. Basta que se atente na libertação de fôrças poderosíssimas, por exemplo, da desintegração do átomo. A era nuclear, que já se está oferecendo por realidade, na antemanhã de suas melhores promessas, daria resposta irre-*

torquível aos que vêem cobertas de cinza as idades vindouras da humanidade".

Ao lado do incontível desenvolvimento tecnológico existem, *pari passu,* ostensiva ou veladamente, as transformações políticas e sociais, a superação de velhas instituições, a reformulação de conceitos de govêrno e administração, as reformas estruturais e institucionais, emprêgo da planificação econômica, e a intervenção do Estado no domínio econômico, possibilitando a utilização da técnica e da ciência na transformação das estruturas arcaicas que contêm o progresso, tornando realidade, com o soerguimento da condição humana, os anseios de felicidade e bem-estar. Os velhos regimes não mais constituem empecilho à utilização do patrimônio técnico cultural da humanidade em proveito da construção de uma existência digna. Mais do que excedente populacional, o problema seria a imperfeita distribuição da riqueza. E êste problema é o objeto da economia moderna.

E o livro de Manstein?

O título pouco significativo entre nós e ensejador de interpretações errôneas (original alemão: *Liebe und Hunger, Die Ultriebe im Licht der Zukunfd*) quanto ao seu conteúdo, esconde uma das obras mais sérias já editadas em nosso País, sôbre a matéria. É um livro ao qual se pode dar, sem susto de precipitação, a classificação de trabalho científico.

Manstein filia-se à linha dos que preconizam o contrôle de natalidade. Como a grande maioria dos autores naturais desenvolvidos, desde que não encontrem meios de conter a atual taxa de desenvolvimento demográfico. Contrastando, porém, com a maioria dos escritores que trataram do assunto, especialmente americanos, Manstein evita as generalizações e as globalizações. Se o problema da natalidade pode constituir-se em preocupação para a humanidade como um todo, há de ser encarado particularmente, país a país. Manstein distingue a situação dos países desenvolvidos dos subdesenvolvidos, e dentre êsses destaca a Ásia e nela a Índia. Evita, assim, o êrro grosseiro dos técnicos que arrolam sob o título de subdesenvolvidos, a um só tempo, o Brasil e a Índia, e a ambos receitam o mesmo tratamento de choque do contrôle da natalidade.

É fora de dúvida que o problema não pode ser visto em sua globalidade, mas em seus aspectos particulares. Não a

humanidade como um todo, ou mesmo os subdesenvolvidos como um bloco uniforme; dentre êsses há a explosão populacional indiana e a baixa taxa demográfica brasileira, com os desertos populacionais da Amazônia e do centro-oeste, perigosamente ricos e desocupados, num mundo que já começa a falar, outra vez, em "espaço vital".

Fritz Baad, colaborador de Manstein, divide a humanidade, em têrmos de relação população-produção de bens, em três grupos: a) países nos quais a produção de alimentos cresce mais depressa do que o número de habitantes que devem ser alimentados (Europa Ocidental, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e mais alguns países menores); b) países nos quais a produção de alimentos cresce mais ou menos tão depressa quanto o número de habitantes (União Soviética e China); e c) países nos quais a atual produção de alimentos não acompanha o crescimento populacional (América Latina, África, grande parte da Ásia).

Verifica-se, assim, que o problema se agrava, tão-sòmente, nos países mais atrasados, sem tecnologia, carentes de capital. À medida que êsses países resolvam seus problemas é razoável esperar-se que, a exemplo da União Soviética e da China e, remontamente, a exemplo dos países enquadrados na primeira faixa, superem seus problemas internos e entrem a produzir o necessário para atender às necessidades de suas populações. É evidente que Manstein prefere aconselhar o contrôle da natalidade nos países às voltas com *gap* de produção de alimentos.

Baad refere-se à uma série de medidas tendentes tôdas elas a promover a superação dessas diferenciações: substâncias nutritivas para as plantas e combate às pragas da lavoura; aumento da produtividade por hectare; maior aproveitamento da água e da energia; utilização das reservas alimentares dos oceanos.

Todos os autores são acordes em apontar uma relação direta entre o contrôle espontâneo e as populações ricas e cultas; por outro lado, em regra, as populações pobres e incultas estão a braços com elevadas taxas de natalidade. Tem-se mostrado remédio da maior eficácia a alfabetização das populações. Além dos resultados diretos (higiene, aprendizagem de métodos de contrôle etc.), a alfabetização é até agora o melhor instrumento conhecido para a realização de uma economia agrária progressista, e assim, produtiva.

Afigura-se-nos, pois, plenamente exequível e ao alcance de nossas fôrças *"construir uma técnica de produção, propor uma planificação, adotar um dirigismo econômico que vençam de futuro todo êste desdobrar de fatos ameaçadores, os quais, na aparência, e tão-sòmente na aparência, confirmam o triste vaticínio malthusiano"* (Bonavides. op. cit., p. 42).

Segundo os autorizados dados da ONU, já em 1951 a discriminação das rendas nacionais por habitante construiria quadro elucidativo: a Europa (incluída a URSS) e a América do Norte, juntas, constituindo 32% da população mundial, detinham 83% da renda do globo; por outro lado, a África e a América Latina, representando juntas cêrca de 14% da população mundial, detinham, respectivamente, 4,5% e 2% da renda mundial...

O problema da renda nacional, sempre relegado a segundo plano, precisa de entrar na liça:

"Um têrço dos sêres humanos vive em países cuja renda nacional por habitante e por ano é inferior a 50 dólares e mais da metade dos homens se encontra em Estados cujas rendas por pessoa são inferiores a 100 dólares. Em 1954, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, a renda nacional por habitante e por ano era de 586 dólares para o grupo dos países desenvolvidos (1.870 nos Estados Unidos).

"Além disso, êsse desnível, já considerável, cresce ràpidamente, dado que os países desenvolvidos progridem bem mais ràpidamente que os outros. Assim, a renda nacional por habitante nos Estados Unidos era 15 vêzes mais elevada que a da Índia, antes da guerra. Vinte anos mais tarde, seria necessário multiplicar para 35 a renda de um indiano para igualá-la à de um ianque" (Lacoste, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 12).

Não por acaso a Índia é um país subdesenvolvido às voltas com explosão demográfica, e os Estados Unidos superdesenvolvidos, desconhecem essa ameaça. Repita-se: o "problema" crucial da explosão demográfica está exatamente no desnível do crescimento populacional frente ao crescimento da produção de bens de subsistência. O problema, pois, é de nível econômico: desenvolvimento nacional. Controlar a natalidade, tão simplesmente, ou apenas isso, seria reconhecer nossa incapacidade de promover o desenvolvimento econômico.

Não deve constituir mera coincidência o fato de dois dos países mais populosos, a União Soviética e os Estados Unidos, o primeiro o mais populoso da Europa, o segundo, das Américas, desconhecerem o fantasma da superpopulação, por serem, ao mesmo tempo, as duas nações mais desenvolvidas do mundo. Seria ridículo, e nenhum organismo governamental se atreveria a tanto, propor às populações soviética e americana o contrôle da natalidade para evitar a fome, quando aquêles países se dão ao luxo de grandes populações... e grande produção. Mas tanto em um como no outro, nas épocas históricas corretas, o problema foi atacado pela raiz: o desenvolvimento econômico.

No âmbito dos subdesenvolvidos, afora o atraso econômico, existe o desperdício da produção. O desequilíbrio entre os recursos naturais e o efetivo da população poderá ser anulado, não só pela produção de gêneros de subsistência, mas também pela racionalização dos processos de produção, pelo planejamento econômico, pela adoção de uma política de incremento, com a introdução de técnicas modernas, contrôle de mercado etc.

E a corrida armamentista, o desperdício com a guerra, imolando vidas úteis, destruindo recursos naturais, arrasando economias, desviando para a esterilidade riquezas que, escoadas para o aumento da produção, teriam resolvido, por sem dúvida, os problemas atuais?

Fritz Baad indica a solução para o problema que é hoje alimentar a população do globo: parar com os armamentos. Vale a pena transcrever êsse trecho (p. 261):

"O problema de alimentar os habitantes da terra, que até o fim de nosso século terão aumentado para mais de seis bilhões, só pode ser solucionado se forem reduzidas de muito as despesas com armamentos, empregando-se em atividades produtivas, sobretudo no terreno intelectual, os recursos assim poupados. Esta é a fórmula mágica tanto para os países que dão ajuda como para os que a recebem. O primeiro a dizê-lo aos que ajudam outros foi Sir John Boyd Orr, autoridade máxima em economia agrícola. Em seu livro The white man's dilemma *escreveu êle que os Estados Unidos com seus aliados e a União Soviética com seus satélites deviam pôr à disposição de uma autoridade internacional, que representasse os interêsse de todos os povos, 10% das somas que gastam com armamentos e que os recursos assim obti-*

dos deviam ser empregados na luta contra a fome e contra a pobreza. No ano de 1967 o Papa Paulo VI, na Encíclica Populorum Progressio, *secundou esta proposta com as seguintes palavras*: "Em Bombaim pedimos a instituição de um grande fundo internacional, que devia ser constituído por uma parte dos recursos gastos para fins militares, destinado a socorrer os mais pobres. O que se aplica à luta direta contra a miséria é de importância também para a ajuda ao desenvolvimento. Quando tantos povos sofrem fome, quando tantas famílias vivem na miséria, quando tantas criaturas humanas vegetam na ignorância, quando falta construir tantos hospitais, tantas escolas e moradias decentes, todo e qualquer esbanjamento de dinheiros públicos e mesmo privados, tôda e qualquer despesa feita para satisfazer ambições nacionais ou pessoais, tôda corrida armamentista que esgota as fôrças da nação, constituem escândalo intolerável". *Nesta declaração está formulada de maneira clássica a mobilização das reservas humanas do mundo para a luta universal contra a fome, no que se refere às nações ricas e em condições de ajudar. Mas também para os países que recebem ajuda esta deve ser a fórmula para a eliminação de seus deficits alimentares. Só quando a fórmula indiana — gastos com armamentos três vêzes maiores do que os gastos destinados à instrução — fôr substituída pela fórmula mexicana — quatro vêzes mais verbas para instrução do que para armamentos — podemos ter esperanças de ver as reservas humanas da Terra mobilizadas de maneira tal que também as reservas materiais se tornem produtivas e que a luta mundial contra a fome e a pobreza termine com a vitória da Humanidade".*

Se verdadeiras as estatísticas do Serviço de Desarmamento e Contrôle de Armamentos dos Estados Unidos (cf. meu livro *Juventude em crise.* p. 90), tudo faz crer que a América Latina, finalmente, compreendeu o sentido da advertência de MacNamara (*No mundo moderno, a defesa, a segurança nacional, consiste, em boa verdade, no desenvolvimento econômico e científico. Por vêzes, é-nos difícil perceber isso, nós que alimentamos opiniões um tanto estereotipadas, consistindo em calcular a segurança em têrmos puramente militares*) partindo para investimentos maciços no setor da educação. O Serviço de Desarmamento realizou uma pesquisa a respeito do que se gasta em Fôrças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), cuja conclusão, honrosa para nós, é a de que os países da América Latina despendem

mais em educação do que em qualquer outra região subdesenvolvida.

Desgraçadamente, o mundo gasta três vêzes mais com armas que com saúde pública, é o que declara a UNESCO (cf. *El Correo de la UNESCO*, novembro de 1970), onde se lê: No período de 70 anos, desde 1900, o aumento médio da carga real representada pelos armamentos no mundo inteiro atingiu a 5% anuais. A partir de 1948 a percentagem subiu para 6%. Isto significa que, de 1948 a 1968 o custo real dos armamentos TRIPLICOU.

Se o aumento de gastos com armamentos prossegue no ritmo de nossos dias, e infelizmente nada nos conduz a prever o contrário, o despêndio terá outra vez dobrado daqui a nove anos, em 1980. O total mundial de gastos em 1968, segundo os preços de 1960, foi de 153.498 milhões de dólares (americanos). Já em 1980 será de 306.966 milhões.

Vejam-se êsses dados conclusivos: O Vietnã (do Norte e do Sul), gastaram, em 1968, em armamentos pesados, 1.200 milhões de dólares. Essa cifra extraordinária aplicada em regime de paz, teria acabado com a pobreza, a fome e o analfabetismo naquela populosa e conflagrada região do globo. Faz-se desnecessário estimar o quanto resultaria em riqueza, nessa região, a inversão das inimagináveis somas que os Estados Unidos consomem atualmente, no esfôrço de guerra.

São as tristes irracionalidades a que se refere Bodo Manstein:

"Existem pois irracionalidades difíceis ou impossíveis de calcular, às quais pertencem tôda a escala de condutas religiosas, políticas, econômicas e biológicas dos povos. Êstes povos, de tão diferentes civilizações, estarão prontos a aceitar novas idéias, que por um lado são condição prévia para tôdas as medidas de grande alcance a serem introduzidas, mas por outro lado, em muitos casos, trazem consigo uma total ou parcial dissolução de sistemas que se tornaram hábito antigo? Mal é de se esperar que o estejam, quando se vê com que objetivos, em nossos dias, quando em muitos países morre gente de fome na beira da rua, se travam guerras e como permanecem sem solução os problemas raciais".

Em seu livro, por demais importante, Manstein aborda o problema populacional sob os mais diversos ângulos, o bio-

lógico, o político, o econômico etc. Inicia-o tratando da *Regulagem e Ordem biológica,* seguindo-se os seguintes capítulos: *Avalancha incontida de filhos, Em tôrno do Equador da Fome, Extensão e riscos do abôrto propositado, Métodos de regulagem da prole, O Espaço vital dos netos.* A segunda parte é constituída pela reunião do texto de diversos debates assinados pelas mais destacadas autoridades européias: *Alimentação universal — exemplos de um prognóstico,* Prof. Dr. Georg Picht; *Contrôle da natalidade segundo o Direito da República Federal da Alemanha,* Dr. Fritz Bauer; *Em tôrno do futuro do amor,* Prof. Dr. Friedrich Heer; *Planejamento do futuro e economia do lucro,* Jean Améry; *O eros politizado,* Dr. Rainer Kabel; *Emancipação feminina e grupos subdesenvolvidos,* Dra. Hedda Heuser; *Malôgro da nova geração — culpa da velha,* Peter-Wolfang Engelmeir; *Condições fundamentais para um planejamento bem sucedido na família e fatôres que o entravam,* Prof. Dr. Joachim D. Beekmann; *Como vencer na luta mundial contra a fome,* Prof. Dr. Drs. h. c. Fritz Baade.

Desconheço as características do original alemão, mas não perdôo à Editôra Melhoramentos haver publicado êsse livro sem armá-lo com um minucioso índice analítico. Obras dessa natureza, obras para serem lidas, anotadas e guardadas na estante para novas consultas, não podem prescindir de índices analíticos, único instrumento válido para a localização e recuperação da informação.

O CONCEITO DE DIREITO NATURAL EM JOHANNES MESSNER. E. Serrano. *Apud Revista de la Faculdad de Derecho,* Universidad del Zulia.

A revista da Faculdade de Direito da Universidade de Zulia, Macaraibo, Venezuela, em seu número 29, traz, entre outros trabalhos, *El concepto de derecho natural em Johannes Messner,* assinado pelo Dr. Alberto E. Serrano.

O Dr. Serrano, propondo-se a uma análise de *Ética social, politica y económica a la luz del derecho natural,* versão castelhana de *Das Naturrecht,* obra básica de Messner, realiza um pequeno estudo acêrca do conceito de direito natural na doutrina do jurisconsulto alemão. Seu estudo é despretencioso, limitando-se a extrair da obra do mestre alemão os aspectos mais característicos, de forma a oferecer ao leitor, sem maiores considerações, seu conceito de direito natural.

A importância do conceito de *direito natural* em Messner deriva de sua posição absolutamente pessoal, rompendo com os quadros tradicionais da classificação jusnaturalista. É sabido que, em linhas gerais, as direções tradicionais do jusnaturalismo podem ser reduzidas a dois grupos de autores: a) os que assinalam uma instância supramundana como origem e fonte dos princípios básicos do direito natural (Deus); e b) os que derivam êsses princípios básicos a partir da razão humana. A saber, essas perspectivas, embora distintas, mantêm em comum o método dedutivo, pôsto que partem de um princípio geral — *Deus* ou a *razão* — para uma série de princípios ou verdades particulares, os direitos naturais fundamentais. Nesse quadro, como se situa Messner? Parte para uma terceira posição, indutiva. De uma série de verdades ou princípios particulares (dados recolhidos das ciências empíricas), obtém princípios ou verdades mais gerais (princípios de direito natural primário) em virtude de um processo de abstrações sucessivas. De certa forma, o pensamento de Messner pode ser encarado como uma volta, ou redescoberta contemporânea, do jusnaturalismo de Santo Tomás. Sem embargo dessa evidência, sua doutrina mostra pontos de contato com o existencialismo sartreano, não obstante a conservação do apêlo deísta impugnado pelo autor francês. Segundo Messner (*Das Naturrecht,* tradução castelhana referida, p. 36), a conduta exigida para a plena realização da natureza do homem vem determinada pelos fins traçados nos instintos corporais e espirituais de sua natureza. A saber: êsses instintos tendem a atualizar-se, como fôrças que são, em cada homem, em cada sujeito considerado individualmente, e a atualização de referidos instintos deve passar através da autodeterminação de cada homem individual na medida que é existência, liberdade, capacidade de propor-se possibilidades e escolher uma dentre essas possibilidades (favoráveis) propostas. A partir dêsse ponto de vista podemos afirmar que referidos instintos — denominados por Messner *fins existenciais* — tendem a um fim. Messner se preocupa com o homem enquanto uma existência em situação, seja, na medida que é um sujeito *hic et nunc*.

Messner, lê-se na resenha de Serrano, localiza no ser humano uma série de estruturas e impulsos básicos ao largo de tôda a história e de tôda a geografia do globo terrestre.

Essas estruturas e impulsos básicos constituem os instintos corporais e espirituais que se encontram inscritos na natureza peculiar do homem; como exemplo dos primeiros teríamos o impulso à reprodução, enquanto que, como exemplo dos segundos, poderíamos assinalar a busca de conhecimento, que é um impulso vital característico do ser humano.

Ainda em *Das Naturrecht,* Messner indica quais são os impulsos básicos ou *fins existenciais* do ser humano: a própria conservação, assim entendendo-se a intangibilidade corporal e a consideração social (honra pessoal). A própria perfeição física e espiritual, nela compreendido também o desenvolvimento de suas capacidades para o melhoramento de suas condições de vida, assim como de previsão de seu bem-estar econômico através da garantia da propriedade ou da renda necessária à sobrevivência. A ampliação da experiência do saber e da aptidão para apreciar a beleza. A reprodução mediante a coabitação e a educação dos filhos. A participação do bem-estar espiritual e material dos demais homens como um ser humano dotado da mesma dignidade. A união social para o fomento da utilidade geral, que consiste no asseguramento da paz e da ordem, e de tornar possível o aperfeiçoamento humano de todos os membros da sociedade por meio de uma participação proporcional na quantidade de bens disponíveis. Por fim, o conhecimento e o culto de Deus e o definitivo cumprimento do destino do homem mediante a união com Êle.

É fora de dúvida que, salvante o último, como bem assinala Serrano, os demais *fins existenciais* são perfilhados por todos os homens, ou quase todos.

ASPECTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA. Jayme Magrassi de Sá. Rio—São Paulo. Editôra Alba.

Como o próprio título indica, não estamos diante de um manual para aproveitamento didático, ou de um texto acadêmico. Mesmo o desenvolvimento doutrinário é relegado a segundo plano, em proveito do tratamento conjuntural: análise de aspectos concretos da economia brasileira. A elaboração não obedece a um plano pré-estabelecido, constituindo-se mais precisamente em uma bem selecionada coletânea de textos autônomos, ainda que necessàriamente harmonizados.

Reunião de artigos publicados em épocas distintas na imprensa diária do Rio de Janeiro, o livro do economista Jayme Magrassi de Sá, na medida que perde em profundidade (incompatível com o tratamento jornalístico a que se propôs), ganha em comunicação. O autor procura deliberadamente e quase sempre atinge um tratamento claro e ameno, pois não lhe faltam nível científico e competência técnica bastantes para descer aos meandros da economia brasileira contemporânea.

Livro escrito nas vagas dos fins-de-semana, dirige-se àquele segmento de leitor que os jornalistas denominam de "*grande público* não iniciado em matéria econômica", mas despertado por um interêsse crescente: profissionais liberais, homens de negócio, estudantes e outros. Talvez por isso mesmo, alguns dos assuntos abordados cheguem a constituir-se em temas polêmicos, como por exemplo a correção monetária. Pedra de toque para mal-entendidos, envolve as preocupações de todo o País, desde os escalões mais altos da administração federal até a economia do lar mais modesto: alcançando a todos de forma inflexível, embora em doses discriminatòriamente distintas, a correção monetária tem provocado os mais vivos e desconcertantes debates, muitos de ordem puramente técnica, muitos timbrados pela tônica emocional.

Inconvenientemente convertida em *tabu* por seus primeiros teóricos, a correção monetária é apresentada como obra acabada: intocável, intangível, imaculável, constitui mesmo irreverência tentar a mais inocentes das críticas. Os corifeus da correção não admitem, ao menos, que se examine, cientìficamente, o seu comportamento e seus resultados; se a correção monetária era a solução boa, bons devem ser seus resultados. Para que mensurá-los? Aos que propugnam a análise dos resultados para a retificação das distorções acaso detetadas, se objeta o anátema de "inimigos da correção", o que por si basta para encerrar qualquer debate. Mas a verificação dos resultados se impõe: é que sua adoção — medida correta e inafastável, reconhece Magrassi — prescindiu, até por fôrça mesmo das condições emergenciais características do momento político em que se implantou, de análise prospectiva mais detida.

Passados seis anos de sua vigência, será simples ataque ao instituto sugerir a verificação dos resultados? Mas a posição contrária, ensejando a manutenção dos desvios de cur-

so, poderá conduzir à condenação em bloco da correção, o que não é solução, mas saída ainda mais desastrosa. O temor das pequenas correções alimenta as distorções que poderão comprometer o próprio instituto. Veja-se um exemplo: projetada em 1964, quando a situação crítica da economia brasileira impunha o tratamento antiinflacionário de choque, a correção permanece a mesma ainda hoje, quando a inflação se mostra sob contrôle. Ora, como explica Magrassi, a correção já agora está gerando, ante a redução da taxa de inflação, a criação de determinada faixa de renda real, mas em favor dos credores; êsses, passam a auferir dois tipos de renda: a decorrente de juros, comissões etc., e a que lhes chega implícita no produto da correção. Ou seja, transferiu-se para os credores as vantagens que a inflação atribuía aos devedores.

Por outro lado, se está havendo — e não há como negar — uma absorção gradual da inflação, não será heresia pretender uma absorção gradativa do próprio instrumento da correção, que apenas se justifica pela existência da inflação, e na sua medida. Não deve, portanto, a aplicação, obedecer a um esquema rígido, mas acompanhar a própria evolução da economia. Entre nós, todavia, mantém-se intocada a alvíssara de sua introdução. Daí, algumas distorções humanamente inevitáveis, tais como sua lenta absorção que, não promovendo o decréscimo da taxa de desvalorização, não pode estar, evidentemente, ajudando o esfôrço antiinflacionário.

Os que acusam a existência de discrepâncias no exercício da inflação partem do reconhecimento de que está definitivamente vitoriosa a política econômico-financeira do govêrno; e essa vitória mesma é quem fornece ao govêrno meios e instrumentos que tornam ridículo qualquer receio ou mêdo de manter a correção em rédeas mais curtas. A gradual absorção da inflação deve assegurar a tranqüila correção da correção, eliminando, por exemplo, a assimetria de comportamento e a exiguidade dos prazos de reajustamento, ou, reduzindo o percentual da inflação, fazendo-o igual a uma dada percentagem da taxa de inflação possível.

Segundo Magrassi de Sá, e assim conclui seu ensaio, *"o que se impõe é uma orientação ponderada, caminhando-se para a erradicação, no momento oportuno e com os cuidados necessários, de algo que só pode existir numa eco-*

nomia enfêrma e cuja aplicação, se imperfeita, acaba concorrendo para alimentar o estado de enfermidade. Dentro de uma política antiinflacionária gradualista, tal orientação só pode desenvolver-se gradualmente, sob pena de incompatibilidades e precipitações. Mas, há que iniciá-la com urgência".

De resto, o que parece inquestionável é o anticientifismo da posição dos que consideram intocáveis a correção e os processos utilizados para aplicá-la. A ciência, inclusive e principalmente a ciência econômica, é incompatível com os *tabus*.

Mas, *A "Correção" da Correção* é apenas um dos aspectos da economia brasileira enfocados por Magrassi de Sá. Em seu livro são abordados ainda os mais variados temas, entre os quais cumpre registrar: *Recuperação financeira do Brasil, O sistema financeiro e o desenvolvimento, Desenvolvimento regional integrado, O mercado de capitais, Contrôle dos preços, Contrôle da natalidade, O uso do agregado produto* e muitos outros.

LANÇAMENTOS RECENTES

Zahar Editôres

Teorias do desenvolvimento econômico, William O. Thweatt, da Vanderbilt Universit, e diretor, até bem pouco, dos cursos de pós-graduação em Economia da Universidade de São Paulo. Seu mais recente livro focaliza as diversas teorias que, a seu ver, contribuíram para a formação do quadro atual da economia brasileira.

Perspectivas do capitalismo moderno, coordenação do Professor Luiz Pereira, da Universidade de São Paulo. Reúne alguns dos mais destacados especialistas.

Uma introdução à sociologia, Wilfred A. Andersen e Frederick B. Parker, das Universidades de Cornell e Delaware. Com clareza e segurança analisa as principais correntes do pensamento sociológico, dispensando gráficos e diagramas.

A emprêsa privada e o interêsse público, Gordon C. Bjork. Partindo de um estudo sôbre a lógica do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, analisa a for-

mação econômica americana, e o impacto que sôbre ela provocaram as diversas correntes econômicas, principalmente o pensamento marxista.

Editor Borsoi

Curso de direito internacional público, Luís Ivani de Amorim Araújo.

Manual didático, dedicado aos alunos dos cursos jurídicos. O primeiro volume, o único lançado, vai, desde o Conceito de Direito Internacional Público à análise dos mecanismos reguladores da Extradição. Os temas são tratados de forma sumária, direta e acessível. Não há índice analítico, ao menos nesse volume.

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. *Deputados brasileiros* (Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados — 6.ª legislatura)
2. *Anais da Câmara dos Deputados*
3. *Anais da Constituição de 1967*
4. *Participação do trabalhador nos lucros da emprêsa* (Série Documentos Parlamentares)
5. *Súmula de discursos*
6. *Série Emendas à Constituição de 1946*
7. *Referência legislativa*
8. *Resenha legislativa*
9. *Bibliografia sôbre Federalismo* (separata)
10. *Bibliografia sôbre a Universidade de Brasília* (separata)
11. *Apartheid. Bibliografia sôbre a política de segregação racial na África do Sul*
12. *Política de desenvolvimento e atuação da SUDENE* (Bibliografia) (separata)
13. *Bibliografia de José Bonifácio de Andrada e Silva* (O Patriarca da Independência) (separata)

À venda nas livrarias da FGV ou pelo reembôlso postal. Pedidos para a Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.